

# Provas dão o golpe final

A CPI do Orçamento tem provas materiais de que o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) desviou recursos públicos para suas contas pessoais. A Comissão descobriu em nome do deputado um cheque de CR\$ 30 milhões emitido pela Associação Cultural Caldas da Rainha, entidade fantasma criada por ele para receber subvenções sociais. O cheque do Banco Rural, emitido em 2 de outubro de 1990, foi assinado por Miriam Bueno Teixeira, diretora das entidades filantrópicas criadas por José Geraldo e gerente da holding das suas empresas — a RLMG. No mesmo dia a conta do deputado no Banco do Brasil, em Brasília, registrou depósito de CR\$ 30 milhões.

A exibição do cheque pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) foi o golpe final da CPI para desmontar o depoimento prestado ontem à comissão por José Geraldo. Desconcertado, o de-

putado mineiro tentou argumentar que o cheque fora emitido em seu nome, sem seu conhecimento e autorização. Apesar de ter tentado esboçar uma defesa, José Geraldo admitiu ser ligado a empreiteiras e ter criado entidades sociais, com sede na sua empresa Engesolo, para receber subvenções do Governo. Ele reconheceu como sua a assinatura nos termos do acordo entre o Departamento de Orçamento da União e a Comissão de Orçamento do Congresso para que as emendas dos sete anos fossem incorporadas ao projeto orçamentário de 1992, preparado pelo Executivo.

**Confissão** — “Não foi um depoimento, mas uma confissão”, disse o deputado José Dirceu (PT-SP), responsável por um dos principais golpes que desarmaram a estratégia de defesa de José Geraldo. Depois de negar três vezes que era proprietário da Fazenda Flores Alegres, em Januária (MG), o deputado não soube o que dizer quando viu o cheque 07697, de 17 de maio de 1990, assinado por ele, de NCz\$ 4 milhões, emitido a favor de Rima Florestal S/A. O cheque do Banco Rural, conforme registro

no verso, destinou-se à compra da fazenda. A propriedade do imóvel não foi declarada por José Geraldo ao Imposto de Renda.

José Geraldo percebeu que não adiantaria argumentar contra as provas apresentadas logo que foi questionado pelo relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Magalhães indagou a José Geraldo se tinha condição de explicar depósitos em sua conta pessoal do Banco Rural, de 356 mil dólares, em 1989; de 764 mil dólares em 1990; de 445 mil dólares em 1991; e de 669 mil dólares em 1992, num total de dois milhões 234 mil dólares. “Não tenho condição de explicar nada sobre isto, porque não li esta informação nos jornais e não sabia que esta pergunta seria feita”, confessou.

Desde o começo do depoimento o deputado mineiro confirmou ter criado as entidades filantrópicas Caldas da Rainha, Pampulha e Porto Velho e conseguido para elas a liberação de 264 mil dólares, do Orçamento de 1992. As três têm sede no escritório da Engesolo. Segundo

José Geraldo, as entidades foram criadas para tentar ganhar nove concessões de canais retransmissores da “TV Educativa”. Ele, no entanto, só conseguiu concessão para instalar sete, todos dados pelo ex-ministro da Educação Carlos Sant’Anna, no governo Sarney.

A ligação entre as filantrópicas de José Geraldo e suas empreiteiras também foi admitida pelo deputado. Todos os cheques das entidades eram assinados por Miriam Bueno, gerente da RLMG e também diretora financeira das filantrópicas que receberam recursos a fundo perdido. Os cheques de Miriam eram endossados por um chefe de setor da Engesolo desde 1990, Ivan Antônio Gomes, que retirava o dinheiro na boca-do-caixa no Banco Rural — ligado à empreiteira Tratex, da qual José Geraldo foi diretor. Os recursos recebidos pelas três entidades agora vão ter que ser devolvidos ao Erário, conforme decisão do Ministério da Ação Social. Depois de auditoria, o Ministério concluiu: o dinheiro foi liberado irregularmente, contrariando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.